

## **ANEXO XII – DIRETRIZES AMBIENTAIS**

**1.** As diretrizes ambientais aqui contidas visam a prover os LICITANTES das orientações básicas a serem obedecidas para a regularização do COMPLEXO PENAL perante os órgãos ambientais e em observância à legislação ambiental vigente, bem como estabelecer os critérios para uma melhor qualidade ambiental do empreendimento, em cumprimento ao item VII do art. 10 da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”:

“Art. 10. A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência, estando a abertura do processo licitatório condicionada a:

(...) VII – Licença ambiental prévia ou expedição das diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento, na forma do regulamento, sempre que o objeto do contrato exigir.” (...)

As diretrizes ambientais apresentadas a seguir não eximem a CONTRATADA de obter quaisquer autorizações, licenças ou a obedecer quaisquer normas técnicas e legais não listadas a seguir, ou a serem exigidas pelo órgão ambiental, no âmbito da legislação federal, estadual ou municipal pertinentes.

**2.** A CONTRATADA deverá minimizar ao máximo os impactos físicos, bióticos e sócio-econômicos decorrentes da implantação e operação do COMPLEXO PENAL de modo a garantir sustentabilidade ambiental ao empreendimento.

**2.1.** Sem prejuízo de demais ações relativas à regularização da situação ambiental, conforme legislação em vigor, bem como demais exigências feitas pelo órgão ambiental pertinente, a CONTRATADA deverá:

- a. Promover a regularização ambiental do COMPLEXO PENAL e de cada uma das demais obras ou atividades passíveis de regularização perante os órgãos competentes;
- b. Manter as obras e demais estruturas a uma distância mínima de 30 (trinta) metros de quaisquer cursos d'água;
- c. Priorizar o abastecimento de água através do fornecimento pela companhia concessionária local;
- d. Promover ações de coleta seletiva dos resíduos sólidos reaproveitáveis gerados na implantação e na operação do COMPLEXO PENAL, comprovando sua destinação final ou aproveitamento econômico adequado;
- e. Implantar Sistema de Tratamento e Disposição Final de efluentes sanitários, gerados no COMPLEXO PENAL; ou, alternativamente, garantir a disposição dos referidos efluentes em Sistema de Tratamento regularizado, previamente existente;
  - e.1. A eventual implantação de Sistema de Tratamento e Disposição Final de efluentes sanitários deverá ser regularizada separadamente do COMPLEXO PENAL, junto ao órgão competente.
- f. Garantir que os resíduos sólidos não reaproveitáveis, gerados pelo COMPLEXO PENAL, sejam levados a Sistemas de Tratamento e Disposição Final adequados e devidamente regularizados pelos órgãos ambientais competentes.

2.2. A CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do início das obras de implantação do empreendimento, deverá:

- a. Promover a realização de uma reunião pública visando a apresentar o empreendimento e suas características aos atores de interesse, a ser realizada de acordo com as especificações a serem definidas pelo órgão ambiental competente;

- b. Apresentar à CONTRATANTE projeto de sistema de reuso da água a ser utilizada na operação do COMPLEXO PENAL com uma eficiência de, no mínimo, reuso de 50% (cinquenta por cento) da água utilizada, observadas as limitações sanitárias pertinentes;
- c. Apresentar à CONTRATANTE Projeto de Recomposição Paisagística para a área de entorno do empreendimento;
- d. Apresentar à CONTRATANTE Projeto de Sistemas de Painéis Solares visando a aproveitar o potencial de energia solar como fonte complementar de energia do COMPLEXO PENAL;
- e. Apresentar à CONTRATANTE projeto de mitigação de impactos ambientais que inclua meios, prazos e recursos previstos para:
  - 1. controlar os impactos resultantes das obras de terraplanagem (erosão e instabilidade do solo);
  - 2. minimizar a retirada de cobertura vegetal;
  - 3. mitigar o incremento da impermeabilização do solo;
  - 4. mitigar os efeitos do lançamento das águas pluviais;
  - 5. promover o abastecimento de água potável durante as obras de implantação do COMPLEXO PENAL;
  - 6. promover destinação final adequada para efluentes sanitários e resíduos sólidos gerados no canteiro de obras e demais instalações de apoio administrativo; e
  - 7. recuperar, até o início da operação do COMPLEXO PENAL, as áreas que foram alvo de intervenção durante as obras de implantação.

Os projetos apresentados nas alíneas “a” a “e” do subitem 2.2. acima, após aprovados pela CONCEDENTE, comporão o escopo do CONTRATO e deverão ser implantados e executados pela CONTRATADA.